



Simulado Especial

MPU

Analista do MPU - Serviço Social
Pós-Edital

Simulado

Simulado MPU (Analista do MPU - Serviço Social)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista do MPU - Serviço Social do MPU**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FMQNwP737xxx6mcb9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/qpgT>

MÓDULO I**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

Segundo o filósofo americano Michael Sandel, da Universidade Harvard, estamos em uma época em que todas as relações, sejam emocionais, sejam cívicas, estão tendendo a ser tratadas pela lógica da economia de mercado.

(Adaptado de: Jones Rossi e Guilherme Rosa. Veja, 21 de novembro de 2012. p. 75-77)

01. A respeito desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- a) O mercado, de acordo com Michael Sandel, é uma força que sobrepõe todas as outras.
- b) Segundo o pensamento do filósofo, as relações sociais têm se tornado debilitadas.
- c) O filósofo indica que a lógica da economia de mercado está atravessando outros domínios da vida social.
- d) Michael Sandel classifica as relações humanas em emocionais, cívicas e econômicas.
- e) O texto traz exemplos que ilustram a opinião do filósofo.

No processo de rebaixamento dos discursos, do debate e do diálogo que presenciamos em escala nacional, surgem maledicências e mal-entendidos que se entrelaçam, formando o processo que venho chamando de “consumismo da linguagem”. Meios de comunicação em geral, inclusas as redes sociais e grande parte da imprensa, onde ideologias e indivíduos podem se expressar livremente sem limites de responsabilidade ética e legal, estabelecem compreensões gerais sobre fatos que passam a circular como verdades apenas porque são repetidas. Quem sabe manipular o círculo vicioso e tortuoso da linguagem ganha em termos de poder.

Fonte: Revista Cult, disponível em: <
http://revistacult.uol.com.br/home/2015/08/c_onsumismo-da-linguagem-sobre-o-rebaixamento-dos-discursos/21/08/2015 > Acesso em 18 jan.2016
(fragmento de texto adaptado)

02. Sobre o fragmento argumentativo acima, é correto afirmar que:

- a) o texto se utiliza do método dedutivo.
- b) a tese defendida no texto é acompanhada de medidas práticas para a resolução do problema.
- c) a tese do texto é a de que os meios de comunicação manipulam os fatos noticiados.
- d) a autora apresenta e comenta a opinião de terceiros.
- e) o texto não apresenta qualquer tese.

03. Muitas frases carecem de lógica, tornando-se incoerentes.

A frase abaixo que está nesse caso é:

- a) Diplomacia é a arte de saber o que não dizer.
- b) Adoro a humanidade; o que não suporto são as pessoas.
- c) Toda arte é imitação da natureza.
- d) Os americanos são supersticiosos, mas também são práticos.
- e) O lobo perde os dentes, mas não o costume.

O vale extenso se abria, pontilhado por árvores que se agitavam levemente ao vento. Perto dali, o rio serpenteava, refletindo o brilho suave do sol poente. À margem, João brincava com as pedras arredondadas e úmidas.

04. O processo descritivo empregado no texto é

- a) do particular para o geral.
- b) de perto para longe.
- c) de longe para perto.
- d) de baixo para cima.
- e) de fora para dentro.

05. Assinale a frase que deve ser incluída entre os textos argumentativos.

- a) À medida que um serviço se generaliza, crescem as possibilidades de fraude.
- b) Profissionalismo é o conjunto de características que compõem um profissional.
- c) Não há registros de campanha na primeira eleição realizada no país, em 23 de janeiro de 1532.
- d) Faz uns dois anos que vi a frase pela primeira vez, num muro qualquer da cidade.
- e) O sistema político tem dado respostas insuficientes ao problema da segurança.

06. Assinale a frase em que a modificação sugerida NÃO provoca mudança de sentido na frase original.

- a) Os portugueses trouxeram para o Brasil pelo menos 100 mil palavras. / Os portugueses pelo menos trouxeram para o Brasil 100 mil palavras.
- b) Posteriormente, imigrantes de outras partes do mundo contribuíram para o nosso conjunto de sotaques. / Imigrantes de outras partes do mundo contribuíram para o nosso conjunto de sotaques posteriormente.
- c) José Maciel foi designado em 1917 para descobrir jazidas em Angola. / José Maciel foi designado para descobrir em 1917 jazidas em Angola.

d) Embora, infelizmente, as metas não tenham sido atingidas, houve grandes avanços. / Infelizmente, embora as metas não tenham sido atingidas, houve grandes avanços.

e) A professora tornou-se mãe. / A mãe tornou-se professora.

07. Assinale a alternativa em que a concordância está adequada à norma padrão da língua portuguesa.

- a) O pacote de gastos públicos avançam nos EUA.
- b) Nenhuma das ficções publicadas à época exploravam os tabus.
- c) No cinema, sempre se conferiu a certas criaturas propriedades monstruosas.
- d) Guerra é uma série de catástrofes que podem resultar numa vitória.
- e) Não se admitem que os países desenvolvidos ignorem a violência esportiva.

No início dos anos 2000, Heckman começou a se debruçar sobre os dados do projeto.

08. Assinale a opção em que a(s) vírgula(s) se justifica(m) pelo mesmo motivo que na frase acima.

- a) Convidado de honra da premiação, o diretor não pôde chegar a tempo.
- b) É preciso criar uma integração com universidade, terceiro setor e governo.
- c) Segurar seu filho no colo, depois de um dia difícil, faz você entender todo o resto.
- d) Apesar de o vírus ficar dormente no corpo, descobriu-se que o estresse pode aumentar sua força.
- e) A criança está aprende a aprender, ou seja, monitora o próprio aprendizado.

09. Assinale a opção em que o verbo destacado é verbo de ligação.

- a) Ana queria **andar** pela praia.
- b) O amor intenso **virou** ódio profundo.
- c) As fábricas **transformam** o algodão em tecido.
- d) O relato do sobrevivente **impressionou** os jornalistas.
- e) As crianças **estavam** na escola.

Doar está sempre na moda! Doe um agasalho e faça o inverno de alguém melhor.

10. A função de linguagem presente majoritariamente no texto é a

- a) conativa
- b) emotiva
- c) poética
- d) metalinguística
- e) fática

11. Nas frases a seguir foram sublinhados elementos de coesão, relacionados a termos anteriores.

Assinale a frase em que o termo referido está corretamente identificado.

- a) As escolas devem não apenas alfabetizar a criança, mas também colaborar para o seu desenvolvimento. / escola
- b) A economia da atenção é um modelo de negócios que depende que instalemos aplicativos e os usemos pelo maior tempo possível. / negócios
- c) Temos uma bússola chamada integridade, que nunca nos desapontará. / bússola
- d) As famílias devem acompanhar as atividades ligadas à educação dos filhos, mesmo que elas ocorram durante o expediente. / famílias
- e) João decidiu transformar seu doutorado em livro, e a obra já vendeu mais de dez mil cópias. / doutorado

12. A frase abaixo em que está correto o emprego do pronome demonstrativo sublinhado é:

- a) Muitos acreditam que basta tomar um analgésico para resolver o problema das dores nas costas, isto é um perigo!
- b) Muitos alunos deixaram de matricular-se no ano passado; este dado se torna preocupante.
- c) Desejo sinceramente isso: igualdade e bem-estar social.
- d) Rio, Minas Gerais e Espírito Santo são estados onde houve redução do número de matrículas e nesse estado a situação é mais grave.
- e) Nestas últimas semanas, o clima está favorável.

13. A frase abaixo em que o emprego do gerúndio é criticável é:

- a) O aluno entrou na sala, ocupando o primeiro banco;
- b) O barco desceu pelo rio, perdendo-se de vista.
- c) Estudou muito, sendo aprovado no concurso.
- d) Saiu da missa cantando louvores.
- e) Nasceu na França, sendo filho de brasileiros.

14. As frases a seguir mostram termos ligados pela conjunção E.

Assinale a frase em que essa conjunção mostre valor semântico diferente das demais.

- a) Os estudantes gastam muito dinheiro em livros e cadernos.
- b) Cantou e dançou durante toda a noite.
- c) Paula falava alto e gesticulava muito.
- d) Muita gente nasce em berço de ouro e morre na pobreza.
- e) A vida se vive e se escreve.

- 15.** Assinale a frase que mostra a participação do autor do texto na mensagem veiculada.
- a) Por mais que seja favorável às mudanças, o governo nada vai alterar imediatamente.
 - b) O debate público tem se mostrado quase sempre superficial e perigosamente homogêneo.
 - c) A campanha pública pela vacinação de crianças começa na próxima semana.
 - d) Antigamente, os casamentos só ocorriam após um período de namoro e uns anos de noivado.
 - e) A pesquisa indica que provas extensas trazem muito cansaço aos alunos.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

- 16.** As funções do administrador abrangem o planejamento, organização, direção, comunicação e controle, desempenhadas em diferentes níveis e áreas da organização, com o objetivo de alcançar metas pré-definidas, e que realizadas de forma cíclica e sistemática formam o processo administrativo. A base de atuação da função de ideias compõe o(a)
- a) Comunicação
 - b) Planejamento
 - c) Organização
 - d) Direção
 - e) Controle

- 17.** Os líderes desempenham papéis e funções específicas que são determinantes para o sucesso organizacional. Acerca de liderança, analise as afirmativas.

- I. Um líder que busca a melhoria contínua dos processos de trabalho desempenha um papel de alocador de recursos.
- II. Um líder reconhecido por suas habilidades sociais, que representa muito bem a organização em eventos sociais corporativos desempenha um papel de símbolo.
- III. Um líder que possui boa capacidade analítica, que monitora o ambiente, coleta informações e as analisa desempenha um papel de disseminador.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

- 18.** A gestão por processos visa otimizar fluxos de trabalho para entregar produtos e serviços que atendam a altos padrões de qualidade. Com relação aos processos organizacionais, aponte a alternativa correta.

- a) Os processos primários são multifuncionais, responsáveis pela criação dos produtos ou serviços.
- b) Os processos de gestão de processos executam atividades essenciais que visam cumprir a missão organizacional.
- c) Os processos de apoio focam na entrega de valor aos clientes.
- d) Os processos de controle não agregam valor diretamente ao cliente e são denominados processos primários.
- e) Os processos de apoio são unifuncionais.

19. A gestão por resultados incorpora o uso de indicadores com vistas a avaliação do desempenho organizacional. Na administração pública, a avaliação dos resultados compreende a definição de critérios, indicadores e padrões que permitem entendimentos valorativos da realidade. Acerca dos critérios utilizados nas avaliações, assinale V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () Um indicador de eficácia mede o resultado alcançado e pode ser exemplificado quando se mede o número de cidadãos atendidos num guichê e o tempo médio de atendimento.
- () O padrão normativo se refere às metas qualitativas ou quantitativas estabelecidas com base em um standard ideal.
- () O critério da economicidade refere-se ao nível de recursos utilizados (inputs).

A ordem correta é:

- a) V, V, V.
b) V, V, F.
c) V, F, V.
d) F, V, V.
e) F, F, F.

20. As teorias de motivação apresentam abordagens voltadas para o conteúdo e para o processo. Nenhuma delas explica completamente o fenômeno da motivação, apresentando facetas do comportamento humano. Acerca das teorias de motivação, aponte a alternativa correta.

- a) A teoria ERC, de Alderf, defende que as necessidades básicas precisam ser satisfeitas para que as necessidades de realização e crescimento sejam ativadas.
- b) A teoria motivacional da autoeficácia demonstra situações em que o indivíduo não se acha capaz de realizar determinado trabalho.
- c) Segundo a teoria dos dois fatores, um salário acima da média de mercado promove uma situação de satisfação de um colaborador.

d) A teoria de Vroom defende que a valência negativa no diagnóstico da motivação e desempenho ocorre quando a pessoa prefere não o alcançar.

e) Uma forma de enriquecer um trabalho com carga horizontal seria atribuir responsabilidades mais complexas.

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

André Rocha

21. Durante o prazo de validade da licença de operação de sua indústria, a sociedade empresária Alfa descumpriu condicionantes previstas no ato da licença relativas ao descarte de resíduos sólidos gerados pelo processo produtivo de embalagens plásticas, praticando infração ambiental. O órgão estadual, que emitiu a licença de operação do empreendimento, recebeu representação por pessoa legalmente identificada para que apurasse a situação. Entretanto, permaneceu inerte, fato que motivou o município XYZ, onde se localiza o empreendimento, a lavrar auto de infração ambiental.

Sobre a situação descrita, é correto afirmar que:

- a) A representação não poderia ser dirigida por qualquer pessoa, ainda que legalmente identificada, uma vez que os órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) só atuam de ofício.
- b) No caso em tela, tanto o município quanto o estado podem lavrar auto de infração, sendo que o auto lavrado pelo estado prevalecerá nesse caso.
- c) No caso em tela, o município não possui competência para lavrar auto de infração ambiental, pois se trata de competência exclusiva do órgão que licenciou o empreendimento.
- d) Diante da inércia do órgão estadual, a competência para apurar a infração ambiental seria da União, razão pela qual o município se torna incompetente para atuar.
- e) A representação poderia ser dirigida mesmo por pessoa não legalmente identificada.

22. A sociedade empresária Gama, foi denunciada por diversas infrações e crimes ambientais, como a guarda e venda de espécimes de fauna silvestre sem autorização, armazenamento de produtos perigosos de forma contrária às exigências do órgão ambiental, bem como o transporte de madeira sem licença.

Verificadas as infrações, o órgão ambiental competente apreendeu os produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos.

Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) Quanto à fauna, a medida prioritária a ser tomada é liberação dos animais em jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, para guarda e cuidados sob a responsabilidade de técnicos habilitados.
- b) Tratando-se de produtos não perecíveis, devem ser estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.
- c) Os produtos e subprodutos da fauna perecíveis e madeiras devem ser destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais.
- d) Os instrumentos utilizados na prática da infração devem ser vendidos, garantida a sua descaracterização por meio da reciclagem.
- e) Até que os animais sejam entregues a jardins zoológicos, fundações ou entidades assemelhadas, o infrator zelar para que eles sejam mantidos em condições adequadas de acondicionamento e transporte que garantam o seu bem-estar físico.

23. A sociedade empresária Gama entrou com pedido de licenciamento ambiental junto ao órgão ambiental federal para a implementação de uma indústria de alumínio no estado de São Paulo. Analisando a solicitação, o órgão ambiental julgou que o empreendimento possuía potencial de causar significativo impacto ambiental, solicitando a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto sobre o Meio Ambiente (RIMA).

Acerca da situação, julgue a assertiva correta.

- a) O empreendedor será obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, não podendo esse tipo de compensação ser realizada em unidades de conservação de Uso Sustentável.
- b) Se o empreendimento afetar unidade de conservação específica ou sua zona de amortecimento, o licenciamento só poderá ser concedido mediante autorização do órgão responsável por sua administração.
- c) O empreendedor poderá ser dispensado da elaboração de EIA/RIMA se apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral.
- d) O empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do Grupo de Proteção Integral, devendo, ainda, definir as unidades de conservação a serem beneficiadas, considerando as propostas apresentadas no EIA/RIMA e ouvido o órgão ambiental.
- e) A obrigação da compensação ambiental poderá, em virtude do interesse público, ser cumprida em qualquer unidade de conservação do grupo de Uso Sustentável localizada na Amazônia Legal.

24. Márcio, que possui ensino fundamental incompleto, irritado com os miados que seu gato emitia todos os dias quando estava com fome, atirou um pau no gato, ferindo-o.

Segundo a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), é correto afirmar que

- a) Márcio apenas poderá ser multado, não se aplicando pena privativa de liberdade nesse caso, pois não houve morte do animal.
- b) Márcio poderá ter a guarda do gato proibida e ter pena de reclusão decretada, mas poderá ter a pena atenuada em razão da baixa escolaridade.
- c) Márcio está sujeito à pena de detenção, de três meses a um ano, e multa.
- d) A pena privativa de liberdade será substituída por pena restritiva de direitos em função do baixo grau de escolaridade de Márcio.
- e) Por se tratar de gato doméstico, a pena de Márcio deve ser aumentada de um sexto a um terço.

25. Um deputado da Assembleia Legislativa de Minas Gerais concebeu um projeto de lei estadual que considera como cruéis as práticas do Rodeio e da Vaquejada, objetivando proibi-las em todo o território mineiro. Considerando o exposto, julgue os itens a seguir:

- a) Embora a Vaquejada seja proibida no território brasileiro, não é considerada uma prática cruel aos animais por expressa previsão em lei federal.
- b) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada constituem práticas vedadas no território brasileiro porque submetem os animais à crueldade.
- c) Cabe a cada estado definir quais práticas com animais devem ou não ser consideradas cruéis, nada dispondo a Constituição Federal sobre isso.
- d) Não há lei federal que regule as práticas do Rodeio e da Vaquejada em território nacional, sendo constitucional lei estadual que as proíba.
- e) Tanto o Rodeio quanto a Vaquejada, bem como suas respectivas expressões artísticas e esportivas, são reconhecidas como manifestações culturais integrantes do patrimônio cultural brasileiro e, portanto, não são consideradas práticas cruéis.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS E FUNDAMENTAIS E DE ACESSIBILIDADE

Ricardo Torques

26. Em determinada audiência pública sobre determinada política, um dos cidadãos presentes questionou a proposta que estava sendo discutida, sob o argumento de que ela suprimiria direitos já reconhecidos, em detrimento das conquistas históricas da humanidade. Salientou, na sua fala, que a proteção dos direitos da dignidade da pessoa deve ser sempre expansiva, o que não ocorreu na hipótese. A fala do cidadão corresponde à noção de:

- a) De efeito cliquet.
- b) De historicidade.
- c) De relatividade
- d) De imprescritibilidade.
- e) De inalienabilidade.

27. Segundo OLIVEIRA e LAZARI (2018), “tradicionalmente, sempre tiveram os direitos humanos irradiação centrífuga, isto é, com emanção do poder de comando, atingindo os comandados, verticalmente, bem como limitando a atuação deste poder de comando”. Apesar disso, a evolução da sociedade demonstrou a necessidade de aplicação e proteção dos direitos humanos nas relações entre particulares. Havendo uma assimetria na relação entre particulares, é correto se afirmar pela existência de uma:

- a) Eficácia horizontal indireta.
- b) Eficácia Vertical dos direitos humanos.
- c) Eficácia Horizontal direta dos direitos humanos.
- d) Ineficácia horizontal
- e) Eficácia Diagonal dos direitos humanos.

28. Carlos, pessoa com deficiência, ao desembarcar na rodoviária do município X, interior do estado Y, tentou encontrar um veículo acessível à sua condição, o que lhe foi negado, sob o argumento de inexistência de frota com os equipamentos necessários naquele momento, mas que respeitava as normas sobre o assunto. Diante disso, Carlos levou o caso ao Ministério Público que, no curso do inquérito civil, descobriu que a referida empresa de táxi contava com 3% dos veículos acessíveis às pessoas com deficiência. No caso narrado, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência,

- a) A empresa respeitou o percentual exigido pela lei.
- b) A empresa não respeitou o percentual exigido pela lei, uma vez que o mínimo legalmente previsto é de 10% dos veículos adaptados.
- c) É permitida a cobrança diferenciada de tarifas ou de valores adicionais pelo serviço de táxi prestado à pessoa com deficiência.
- d) A empresa não respeitou o percentual exigido pela lei, uma vez que o mínimo legalmente previsto é de 5% dos veículos adaptados.
- e) É vedado ao poder público a concessão de incentivos fiscais para possibilitar a acessibilidade de veículos.

29. Em determinada ação civil pública proposta pelo Ministério Público discute-se os elementos de urbanização da cidade e o respeito ao direito das pessoas com deficiência em relação ao ponto. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que se coaduna com a lei 10.098/2000.

- a) Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, dois sanitários e dois lavatórios que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
- b) Os eventos organizados em espaços públicos e privados em que haja instalação de banheiros químicos deverão sempre contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência e, quando

possível, com unidades acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida.

- c) O planejamento e a urbanização das vias públicas, dos parques e dos demais espaços de uso público deverão ser concebidos e executados de forma a torná-los acessíveis para todas as pessoas, inclusive para aquelas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- d) Em pelo menos 50% das áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção.
- e) Os eventos organizados em espaços privados em que haja instalação de banheiros químicos não precisarão contar com unidades acessíveis a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, sendo essa obrigação restrita aos eventos organizados em espaços públicos.

30. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), é destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Segundo o referido estatuto, toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica corresponde ao conceito de:

- a) Ações Afirmativas.
- b) Discriminação racial ou étnico-racial.
- c) Desigualdade Racial.
- d) Desigualdade de gênero e raça.
- e) Políticas Públicas.

MÓDULO II**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL***Tiago Zanolla*

31. Considere as afirmativas a respeito do Procurador-Geral da República (PGR) e assinale a alternativa correta:

- a) O Procurador-Geral da República (PGR) é chefe do Ministério Público dos Estados e do Ministério Público da União (MPU), sendo vinculado diretamente ao Presidente da República, que o nomeia.
- b) Para ocupar o cargo de Procurador-Geral da República, é necessário ser membro de carreira do Ministério Público Federal (MPF), conforme previsão expressa no texto constitucional.
- c) A recondução ao cargo de Procurador-Geral da República é permitida, desde que haja nova aprovação do Senado Federal, em decisão tomada por maioria absoluta.
- d) A aprovação do nome indicado para o cargo de Procurador-Geral da República é feita por meio de votação no Congresso Nacional, sendo necessária a maioria simples para aprovação.
- e) Não é permitida a recondução do Procurador-Geral da República ao cargo, considerando-se o princípio da alternância administrativa.

32. No Ministério Público, durante uma reunião de alinhamento interno, os membros Carlos e Ana discutiam um caso polêmico em que as interpretações jurídicas haviam gerado divergências entre eles. Carlos alegava que sua decisão deveria ser respeitada por conta do **princípio da independência funcional**, enquanto Ana defendia que, em certas situações, haveria espaço para revisão por parte da Procuradoria-Geral da República. Para fomentar a reflexão entre os presentes, o coordenador da reunião, Dr. Roberto, lançou o seguinte questionamento:

- a) O princípio da independência funcional permite que os membros do Ministério Público atuem de maneira irrestrita, sem necessidade de observância ao ordenamento jurídico, desde que estejam em busca de justiça.
 - b) O Procurador-Geral da República pode determinar que um promotor de Justiça adote uma posição jurídica específica em um caso concreto, já que a independência funcional é limitada pela hierarquia administrativa.
 - c) Caso um inquérito policial seja arquivado por um promotor de Justiça, o Procurador-Geral da República não pode rever essa decisão, sob pena de violação ao princípio da independência funcional.
 - d) O princípio da independência funcional assegura aos membros do Ministério Público a liberdade de adotar a tese jurídica que considerem mais adequada em cada caso, mesmo que isso leve a posições antagônicas entre diferentes membros do órgão.
 - e) A independência funcional abrange tanto a atuação jurídica dos membros do Ministério Público quanto as questões administrativas internas, já que o Procurador-Geral da República não possui autoridade hierárquica sobre os promotores e procuradores.
- 33.** Imagine que, durante a elaboração de um projeto de lei no Congresso Nacional, o Presidente da República sugere que o Ministério Público deve submeter todas as suas decisões administrativas e orçamentárias ao Poder Executivo, incluindo a aprovação de contratos e cortes em sua proposta orçamentária. Essa proposta foi amplamente criticada, com base no princípio da autonomia do Ministério Público. Com isso, ela propõe a seguinte questão:
- a) A autonomia funcional do Ministério Público permite que o órgão aja livremente no âmbito administrativo, sendo isento de fiscalização externa por parte do Tribunal de Contas ou do Poder Legislativo.

- b) A autonomia administrativa garante ao Ministério Público o poder de criar ou extinguir cargos públicos de maneira independente, sem necessidade de qualquer participação do Poder Executivo ou do Legislativo.
- c) A autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público assegura que sua proposta orçamentária seja elaborada exclusivamente pelo Executivo, que possui liberdade para cortar valores antes do envio ao Legislativo.
- d) A autonomia administrativa do Ministério Público permite que o órgão realize licitações, elabore contratos e pratique atos de gestão interna, sem necessidade de autorização do Poder Executivo, seguindo as regras da Lei 8.666/93.
- e) A autonomia funcional e administrativa do Ministério Público impede qualquer tipo de controle externo, inclusive por parte do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) ou do Tribunal de Contas.
- 34.** Com base na garantia da inamovibilidade dos membros do Ministério Público, é correto afirmar que:
- a) A inamovibilidade impede que o membro do Ministério Público seja removido compulsoriamente de sua localidade de atuação, mesmo que o interesse público justifique a medida.
- b) A Constituição Federal determina que, para remoção compulsória por interesse público, exija-se a deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Superior competente, assegurada a ampla defesa.
- c) Nos termos da Lei Complementar nº 75/93, para que ocorra a remoção compulsória por interesse público, é necessária a aprovação de dois terços dos membros do Conselho Superior competente, e essa norma prevalece sobre o texto constitucional.
- d) O membro do Ministério Público que esteja em disponibilidade remunerada pode exercer outras funções públicas, desde que compatíveis com sua situação de afastamento.
- e) A inamovibilidade é uma garantia absoluta que impede qualquer tipo de transferência, mesmo em situações de remoção voluntária por iniciativa do próprio membro.
- 35.** Em uma roda de debates na Escola Superior do Ministério Público da União, os candidatos ao ingresso na carreira discutiam o alcance e os detalhes das prerrogativas garantidas aos membros do MPU. Durante a conversa, a professora Juliana apresentou um caso fictício envolvendo um promotor de Justiça chamado Miguel, que estava lidando com uma situação controversa envolvendo seu porte de arma e um processo penal. Para testar os conhecimentos dos alunos, ela formulou a seguinte questão:
- a) O porte de arma dos membros do Ministério Público da União depende de autorização prévia da Polícia Federal, sendo restrito às atividades institucionais exercidas em áreas de risco.
- b) Um membro do Ministério Público da União que oficia perante tribunais deve ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Tribunal Regional Federal.
- c) Os membros do Ministério Público da União possuem prerrogativa de ser presos apenas por ordem escrita de tribunal competente ou em flagrante de crime inafiançável, devendo ser comunicada a prisão ao tribunal competente e ao Procurador-Geral da República.
- d) Caso um membro do Ministério Público da União seja investigado por indícios de prática de infração penal, a autoridade policial poderá indiciá-lo diretamente, desde que remeta os autos ao tribunal competente.
- e) Apenas o Procurador-Geral da República possui direito ao uso de vestes talares, enquanto os demais membros do Ministério Público da União estão dispensados dessa formalidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

36. Suponha que a União pretenda realizar uma licitação para a contratação de uma empresa especializada em engenharia para a construção de um hospital. No edital da licitação, constam diversas exigências e disposições relacionadas à execução do contrato. Sobre as regras que devem ser observadas no edital, com base na Lei nº 14.133/2021 e na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) o edital poderá prever que o licitante vencedor implemente um programa de integridade, independentemente do porte da contratação, no prazo de até três meses contados da celebração do contrato.
- b) todos os elementos do edital, incluindo minuta de contrato, termos de referência e projetos, deverão ser disponibilizados ao público em meio eletrônico, sendo exigido cadastro prévio para acesso.
- c) a Administração poderá prever, no edital, a utilização de mão de obra e insumos locais, desde que isso esteja devidamente justificado em estudo técnico preliminar e não prejudique a competitividade do certame.
- d) nas licitações de serviços contínuos, o critério de reajustamento de preços deverá sempre ser realizado com base na repactuação dos custos, independentemente da predominância de mão de obra.
- e) o contratado jamais poderá ser responsabilizado pela obtenção de licenciamento ambiental, pois essa obrigação compete exclusivamente à Administração Pública, em razão do poder de império da função.

37. A organização não governamental Gama celebrou uma parceria com determinado ente público para a implementação de um programa de capacitação profissional para jovens em situação de vulnerabilidade social. Durante a execução do projeto, os órgãos responsáveis constataram que algumas informações sobre essa parceria não estavam sendo devidamente divulgadas. Com base na Lei nº 13.019/2014, que trata das normas de transparência nas parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, assinale a alternativa correta:

- a) a divulgação das informações sobre a parceria deve incluir, entre outros dados, o nome da organização da sociedade civil, seu CNPJ, o valor total da parceria e a situação da prestação de contas.
- b) a organização da sociedade civil deve divulgar em seu site e em locais visíveis de sua sede apenas as parcerias celebradas no exercício fiscal corrente, não sendo necessário manter informações sobre parcerias encerradas.
- c) a Administração Pública deve divulgar as parcerias firmadas com organizações da sociedade civil em seu sítio eletrônico oficial, mas essa obrigatoriedade se limita apenas ao período de vigência do contrato.
- d) a Administração Pública não tem a obrigação de divulgar os meios de denúncia sobre o uso irregular dos recursos envolvidos na parceria, pois essa função compete exclusivamente ao Ministério Público.
- e) a divulgação das informações sobre a parceria pela organização da sociedade civil é facultativa, sendo exigida apenas nos casos em que houver previsão expressa no termo de colaboração ou no termo de fomento.

38. Carlos é servidor público federal e, desejando formar uma família, optou pela fertilização *in vitro* com barriga de aluguel. O procedimento resultou no nascimento de sua filha, que foi registrada apenas em seu nome, sem a presença de uma mãe registral. Após o nascimento da criança, Carlos solicitou à Administração Pública licença-maternidade de 180 dias e salário-maternidade, argumentando que, sendo pai solo, deveria ter direito ao mesmo benefício garantido às mães biológicas. A Administração negou o pedido sob o fundamento de que não há previsão legal para a concessão do benefício ao pai, concedendo apenas a licença-paternidade de 20 dias. Diante dessa negativa, Carlos ingressou com ação judicial para obter o direito ao afastamento de 180 dias, fundamentando-se nos princípios da isonomia e proteção integral à criança. Com base no entendimento atual do Supremo Tribunal Federal (STF) e na legislação vigente, assinale a alternativa correta.

- a) a licença-maternidade e o salário-maternidade são direitos exclusivos das mulheres e, portanto, Carlos somente poderia usufruir da licença-paternidade de 20 dias.
- b) o benefício da licença-maternidade pode ser excepcionalmente estendido a Carlos, pois a ausência de previsão legal não pode se sobrepor ao princípio da proteção integral da criança, assegurado na Constituição Federal.
- c) a licença-maternidade de 180 dias somente poderia ser concedida a Carlos se houvesse previsão expressa na Lei nº 8.112/90, o que não ocorre atualmente.
- d) Carlos não faz jus à licença-maternidade, pois o STF ainda não se manifestou sobre a aplicação do benefício para pais monoparentais.
- e) a licença-maternidade de 180 dias pode ser concedida ao pai solo apenas em decorrência de adoção, mas não no caso de barriga de aluguel, em razão de falta de previsão desse procedimento na legislação nacional.

39. A empresa Alfa celebrou um contrato com um órgão público para prestar serviços de tecnologia da informação, incluindo a gestão de banco de dados contendo informações sigilosas de cidadãos. No curso do contrato, constatou-se que a empresa compartilhou indevidamente informações pessoais com terceiros, sem autorização do órgão público responsável. Diante desse fato, a Administração instaurou procedimento para apuração da conduta e eventual aplicação de penalidades, conforme previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011 – LAI). Com base na legislação correspondente, assinale a alternativa correta.

- a) a empresa não pode ser sancionada, pois a responsabilidade pelo uso indevido das informações sigilosas recai exclusivamente sobre o órgão público contratante.
- b) a única penalidade aplicável à empresa, nesse caso, é a multa, sendo vedada a aplicação de qualquer outra sanção prevista na LAI.
- c) a aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública pode ser imposta por qualquer servidor público, sem necessidade de processo administrativo.
- d) a reabilitação da empresa declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública poderá ser concedida a qualquer tempo, mediante pedido fundamentado.
- e) a empresa poderá sofrer advertência, multa, rescisão do contrato e até mesmo ser suspensa da possibilidade de contratar com a Administração Pública, dependendo da gravidade da infração.

40. Determinado órgão federal publicou edital para um concurso público visando ao provimento de cargos na Administração. Entre as fases do certame, o edital previu um exame psicotécnico de caráter eliminatório, destinado a avaliar a aptidão psicológica dos candidatos para o exercício das funções. No entanto, não existia qualquer previsão expressa em lei autorizando a exigência desse exame. João, candidato, foi eliminado no exame psicotécnico. Inconformado, impetrou mandado de segurança alegando a ilegalidade da exigência, pois a previsão constava apenas no edital, sem respaldo em lei específica. Com base no entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) o exame psicotécnico realizado no concurso é legítimo, pois a Administração Pública tem discricionariedade para definir as fases do certame, bastando a previsão no edital.
- b) a realização do exame psicotécnico foi ilegal, pois sua exigência depende de previsão expressa em lei, além de critérios objetivos e publicidade dos atos de avaliação.
- c) a exigência do exame psicotécnico independe de previsão legal, sendo suficiente a justificativa de que o cargo exige aptidão psicológica específica para seu exercício.
- d) ainda que houvesse previsão em lei, a anulação do exame psicotécnico por outros motivos, tais como a falta de objetividade, garantiria automaticamente a aprovação de João no concurso, dispensando nova avaliação psicológica.
- e) o exame psicotécnico é um requisito inconstitucional para qualquer cargo público, pois fere o princípio da ampla acessibilidade aos cargos públicos previsto na Constituição Federal.

SERVIÇO SOCIAL 1

Anna Valéria

41. De acordo com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a opção correta.

A garantia de prioridade à criança e ao adolescente compreende:

- a) Precedência de atendimento nos serviços sociais e públicos.
- b) A prioridade em relação à frequência em cinemas e eventos artísticos.
- c) A preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- d) A prioridade nos atendimentos lúdicos e psicossociais.
- e) A primazia de receber proteção e socorro em situações específicas.

42. Com base na Resolução CFESS nº 556/2009, a qual aborda sobre os procedimentos que devem ser realizados para efeito da lacração do material técnico e material técnico-sigiloso do Serviço Social, marque a alternativa errada:

- a) O material técnico sigiloso caracteriza-se por conter informações sigilosas, cuja divulgação comprometa a imagem, a dignidade, a segurança, a proteção de interesses econômicos, sociais, de saúde, de trabalho, de intimidade e outros, das pessoas envolvidas.
- b) A/o assistente social garantirá o caráter confidencial das informações que vier a receber em razão de seu trabalho, indicando nos documentos sigilosos respectivos a menção: "sigiloso".
- c) Pesquisas compreendem material técnico, ou seja, o conjunto de instrumentos produzidos para o exercício profissional nos espaços sócio-ocupacionais, de caráter não sigiloso.
- d) Projetos devem ser caracterizados como material técnico de caráter sigiloso.
- e) Em caso de demissão ou exoneração, a/o assistente social deverá repassar todo o material técnico, sigiloso ou não, ao assistente social que vier a substituí-lo.

43. Com base em Barata (2009), marque a alternativa dos elementos que diferenciam o plano, programa e projeto:

- a) O que diferencia o plano, programa e projeto é a objetividade que o plano possui sobre o programa e o projeto.
- b) É o nível de agregação de decisões que cada um possui, bem como o detalhamento das operações de execução.
- c) Tal diferença é ocasionada em virtude do plano possui menor nível de agregação de decisões que o programa e este, por sua vez, menos que o projeto.
- d) A diferença se dá em virtude do projeto ter o menor grau de detalhar as ações a serem executadas quando comparado ao programa e ao plano.
- e) O plano é o documento mais focado na execução da ação.

44. Com base o que é preconizado pela Lei nº 8.662/1993, elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares é um/uma:

- a) Atribuição privativa da/ao assistente social.
- b) Objetivo da assistência social no Brasil.
- c) Competência/o assistente social.
- d) Princípio fundamental do Código de Ética Profissional.
- e) Princípio fundamental da Lei de Regulamentação da Profissão.

45. Com base na Resolução nº 557/2009, a qual dispõe sobre a emissão de pareceres, laudos, opiniões técnicas conjuntos entre o assistente social e outros profissionais, analise as alternativas seguintes e marque a que estiver CORRETA:

- a) A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de serviço social por meio de

pareceres, laudos, perícias e manifestações é atribuição privativa do assistente social.

- b) A elaboração, emissão e/ ou subscrição de opinião técnica sobre matéria de serviço social por meio de pareceres, laudos, perícias e manifestações é competência do assistente social.
- c) O assistente social, ao emitir laudos, pareceres, perícias e qualquer manifestação técnica sobre matéria de Serviço Social, deve atuar com relativa autonomia respeitadas as normas legais, técnicas e éticas de sua profissão.
- d) O assistente social deve, sempre que possível, integrar equipes multiprofissionais, bem como restringir o trabalho interdisciplinar.
- e) Ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá aproveitar-se da autonomia de cada área de atuação para garantir a eficácia do seu trabalho.

46. Acerca da Resolução nº 785/2016, analise as assertivas e marque a que estiver CORRETA:

- a) A referida Resolução trata do trabalho conjunto da/o assistente social com outros profissionais nos mais diversos campos de atuação profissional.
- b) Fica assegurado aos profissionais homossexuais, nos termos desta resolução, o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social.
- c) O direito à inserção do nome social no Documento de Identidade Profissional da/do Assistente Social previsto na presente resolução não se limita somente aos profissionais travestis e transexuais, podendo ser utilizado por qualquer outra pessoa.
- d) Fica proibida a utilização do nome social nas assinaturas decorrentes do trabalho desenvolvido pelas/os profissionais travestis e transexuais, juntamente com o número do registro profissional.
- e) A referida Resolução CFESS trata acerca de alguns direitos do assistente social travesti e transexual, no que concerne ao seu documento de identidade profissional.

47. Luana deu a luz recentemente a Gabriel, criança saudável que nascera de oito meses de gestação, através de parto normal em um hospital público da cidade de Nárnia. Considerando o ocorrido, marque a alternativa correta.

- a) O serviço de saúde onde o parto de Luana foi realizado deve assegurar a ela e ao seu filho recém-nascido alta hospitalar individualizada, de acordo com a disponibilidade da equipe.
- b) Luana deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança.
- c) O poder público propiciará condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- d) É assegurado a mulheres com gravidez de alto risco o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo.
- e) O hospital que Luana deu a luz deverá identificar somente o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital.

48. De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão que regulamenta a profissão da/o assistente social, marque a alternativa correta:

- a) A profissão de Assistente Social poderá ser exercida por possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social ou áreas correlatas, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente.
- b) A profissão de Assistente Social poderá ser exercida por possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de pós-graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniados com o governo

brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil.

- c) A profissão de Assistente Social poderá ser exercida por profissionais com qualquer curso de graduação ou curso técnico equivalente.
- d) De acordo com o inciso "II" do Art. 2º da referida lei, os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil poderão exercer a profissão de Serviço Social no Brasil.
- e) Os orientadores sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953 poderão exercer a profissão de Assistente Social no Brasil.

49. Acerca das competências e atribuições privativas da/o assistente social estabelecidas pela Lei nº 8.662/1993, assinale a assertiva CORRETA:

- a) Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais é uma atribuição privativa da/o assistente social.
- b) Planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais é uma competência da/o assistente social.
- c) Dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação é uma das funções da/o assistente social.
- d) Dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social é um dos objetivos do trabalho da/o assistente social.
- e) Atribuições Privativas são atividades que o Assistente Social ou outro profissional com graduação de nível superior poderá executar.

50. De acordo com Baptista (2000), a planificação, no processo de planejamento, é realizada no momento em que, após a tomada de um conjunto de decisões, definidas em face de uma realidade determinada, inicia-se o trabalho de sistematização das atividades e dos procedimentos necessários para o alcance dos resultados previstos. Essas decisões são explicitadas, sistematizadas, interpretadas e detalhadas em documentos que representam graus decrescentes de níveis de decisão. Assinale a alternativa que corresponde a tais documentos:

- a) Parecer social, laudo e relatório.
- b) Informe, parecer e ata.
- c) Planos, programas e projetos.
- d) Projetos, atas de reuniões e lista de presença em atividades grupais.
- e) Relatórios de gestão e pareceres técnicos.

51. Acerca da história da profissão de serviço social, analise as assertivas e marque a CORRETA. A profissão de Serviço Social no Brasil, inscrita na divisão social do trabalho, surge com forte ligação à Igreja Católica, no início da década de 30, como parte de um movimento:

- a) De bases confessionais, de formação doutrinária e social e de um corpo técnico profissional, objetivando qualificar seus membros para uma "ação missionária e evangelizadora"
- b) De bases científicas, ligadas à fenomenologia.
- c) De bases científicas, ligadas à igreja católica.
- d) De cunho conservador, vinculado à teoria marxista.
- e) De cunho liberal, vinculado ao Estado.

52. Acerca da história da profissão de serviço social, analise as assertivas e marque a CORRETA. Uma grande influência do pensamento conservador da Igreja e de sua doutrina na profissão de Serviço Social está expresso nas encíclicas:

- a) "Rerum Novatae", do Papa Leão X e "Quadragesimo Cicloum", do Pio X.
- b) "Renovae V" do Papa João VI e "Rerum octaneum", do Papa João III.
- c) "Octavo podoe" do Papa Leão X e "Décimo Pio", do papa Leão XV.
- d) "Relacium podoe" do Papa Dom João e "Trigésimo Anno" do Pio X.
- e) "Rerum Novarum" do Papa Leão XIII e "Quadragesimo Anno" do Pio XI.

53. Marcos é graduado em serviço social pela Universidade Federal de Digitápolis e trabalha em uma empresa privada. Sua função na referida empresa não necessita que ele tenha inscrição ativa na região em que atua. Sua chefe, senhora Marta, resolveu contratar uma estagiária de serviço social para auxiliar nos trabalhos e decidiu que Marcos deverá ser o supervisor direto da referida estagiária contratada. Nessa situação, Marcos deverá:

- a) Agradecer e desempenhar a função que lhe fora confiada com responsabilidade e presteza.
- b) Realizar a supervisão direta da estagiária, uma vez que é uma das funções da/o assistente social.
- c) Antes de iniciar a supervisão de estágio, deverá ir até o CRESS da região e realizar a sua inscrição no referido Conselho.
- d) Deverá recusar-se, pois essa não é uma das atribuições privativas da/o assistente social.
- e) Deverá recusar-se, pois essa não é um dos objetivos de trabalho da/o assistente social.

54. De acordo com Yamamoto em seu livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”, assinale a alternativa correta. O objetivo central do Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS) era o de promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no conhecimento aprofundado dos problemas sociais, visando:

- a) Fundamentar o que era preconizado pelo cientificismo da igreja católica na profissão.
- b) Tornar suas bases teóricas com maior criticidade.
- c) Inaugurar na profissão uma visão crítica e marxista.
- d) Tornar mais eficiente a atuação das trabalhadoras sociais e adotar uma orientação definida em relação aos problemas a resolver, favorecendo a coordenação de esforços dispersos nas diferentes atividades e obras de caráter social.
- e) Promover a formação de trabalhadoras eficientes e com bases fenomenológicas.

55. De acordo com o Art. 10º do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a assertiva CORRETA. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- a) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de vinte e um anos.
- b) proceder a exames visando ao diagnóstico no metabolismo da gestante, bem como prestar orientação aos pais.
- c) desenvolver atividades de educação, de conscientização e de esclarecimentos a respeito da saúde mental da mulher no período da gravidez e do puerpério.
- d) fornecer declaração de nascimento onde constem fatos sobre o parto do recém-nascido/a.
- e) manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, por prazo indeterminado.

56. Com base na construção histórica ao longo do tempo na profissão, podemos citar como referenciais para a intervenção do assistente social em seu trabalho, o Código de Ética, as diretrizes curriculares e:

- a) O Estatuto da Pessoa idosa.
- b) A lei de Regulamentação da profissão.
- c) As Resoluções do CFESS.
- d) A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).
- e) A Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

57. Com base no Art. 7º da Lei nº 8.662/93, marque a opção CORRETA: O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) constituem, em seu conjunto, uma entidade com personalidade jurídica e forma federativa, com o objetivo básico de:

- a) Disciplinar e defender o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional.
- b) Promover a fiscalização e policiamento das/os assistentes sociais, para que atuem de forma ética em seu trabalho.
- c) Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários, a fim de promover um trabalho profissional eficiente.
- d) Promover a justiça e equidade entre as/os usuáries assistidas/os pelo serviço social.
- e) Difundir a universalização dos direitos sociais, a fim de promover a defesa dos direitos.

SERVIÇO SOCIAL 2*Nilza Ciciliati*

58. Netto (1999) aponta dois elementos que foram primordiais para o projeto ético-político do Serviço Social conquistar hegemonia, a partir da segunda metade dos anos noventa. São eles

- a) O crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores de profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria; o crescente aumento dos cursos de graduação em Serviço Social.
- b) O crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores de profissionais nos fóruns, nos espaços de discussão e nos eventos da categoria; as linhas fundamentais do projeto sintonizadas com tendências do movimento das classes sociais, com assistentes sociais envolvidos na militância cívica/política.
- c) A crescente demanda da inclusão de assistentes sociais na gestão das políticas públicas; o envolvimento dos profissionais com os movimentos sociais e com a militância política.
- d) O crescente aumento dos cursos de graduação em Serviço Social; a categoria profissional cada vez mais comprometida com as demandas institucionais.
- e) A aproximação com a teoria marxista crítica; o crescente envolvimento de segmentos cada vez maiores de profissionais nos cargos eletivos e de decisão política.

59. Sobre os princípios do Código de Ética de 1993, é incorreto afirmar que:

- a) As demandas políticas inerentes à liberdade incluem a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.
- b) A defesa intransigente dos direitos humanos faz parte dos princípios fundamentais e os assistentes sociais devem trabalhar ativamente para garantir que os direitos humanos sejam respeitados e promovidos em todas as esferas da sociedade.

c) A recusa do arbítrio e do autoritarismo significa que os assistentes sociais devem incitar todas as formas de autoritarismo, opressão e violência.

d) O Código de Ética orienta os assistentes sociais a trabalhar para promover a ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras em sua prática profissional.

e) O Código de Ética expressa o compromisso dos assistentes sociais com a promoção e defesa da democracia, entendida não apenas como um sistema político, mas também como uma forma de organização social que busca a socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

60. Nos artigos 5º e 6º, estão dispostos os deveres e vedações que disciplinam as relações do(a) assistente social com os usuários. Entre esses deveres estão, exceto:

- a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais
- b) informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro audiovisual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos
- c) esclarecer aos/às usuários/as, ao iniciar o trabalho, sobre os objetivos e a amplitude de sua atuação profissional
- d) democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos/as usuários/as
- e) contribuir para a alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as legítimas demandas de interesse da população usuária

61. A respeito do sigilo profissional do assistente social, assinale a alternativa correta.

- a) Constitui dever do/a assistente social manter o sigilo profissional.
- b) Em trabalho multidisciplinar poderão ser prestadas todas as informações necessárias para o bom andamento do atendimento em equipe.
- c) É permitido ao/à assistente social revelar sigilo profissional quando autorizado.
- d) A quebra do sigilo profissional não é permitida em nenhuma hipótese
- e) A quebra do sigilo só é admissível quando se tratarem de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

62. As Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social são um conjunto de orientações e princípios estabelecidos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) para a formação profissional em serviço social. Essas diretrizes têm como objetivo principal

- a) trazer o amadurecimento da compreensão do significado social da profissão
- b) garantir a qualidade da formação profissional em serviço social e orientar as instituições de ensino na elaboração de seus currículos e programas de ensino.
- c) explicitar a tradição teórica que permite a leitura da realidade em uma perspectiva sócio-histórica
- d) estabelecer as dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos da profissão
- e) superar a fragmentação de conteúdos na organização curricular do Serviço Social

63. De acordo com as Diretrizes Curriculares para a formação profissional em Serviço Social (ABEPSS/1996), são princípios que fundamentam a formação profissional, exceto:

- a) Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da particularidade social em suas dimensões de universalidade.
- b) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.
- c) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
- d) Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional.
- e) Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.

64. A atitude investigativa e a pesquisa são partes constitutivas do exercício do assistente social. Para Guerra (2009), a dimensão investigativa está intrinsecamente relacionada com a dimensão

- a) teórica
- b) política
- c) interventiva
- d) técnica
- e) pedagógica

65. A pesquisa é um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental, e resulta em um conhecimento sempre

- a) permanente, contínuo e significativo
- b) permanente, completo e histórico
- c) provisório, completo e a-histórico
- d) provisório, parcial e histórico
- e) permanente, parcial e a-histórico

66. Gil (2008) distingue três níveis de pesquisa: pesquisa exploratória, pesquisa descritiva e pesquisa explicativa. As pesquisas desenvolvidas como objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, e aquelas realizadas para a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis são as

- a) pesquisas exploratórias e descritivas
- b) pesquisas explicativas
- c) pesquisas exploratórias
- d) pesquisas explicativas e exploratórias
- e) pesquisas descritivas

67. Josué tem 63 anos, é casado com Joana, de 65 anos e residem em habitação própria, em regular condições de habitabilidade. A renda familiar do casal consiste na aposentadoria por idade de Joana, no valor de um salário-mínimo. Os dois filhos do casal oferecem apoio afetivo, porém, sem condições de auxiliar financeiramente. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Josué tem direito ao recebimento do BPC (benefício de prestação continuada), pois a renda de Joana não entra no cálculo da renda familiar
- b) Josué não tem direito ao recebimento do BPC (benefício de prestação continuada), pois a renda de Joana entra no cálculo da renda familiar
- c) Josué tem direito ao recebimento do BPC (benefício de prestação continuada), pois a renda familiar per capita está dentro dos limites dispostos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)
- d) Josué não tem direito ao recebimento do BPC (benefício de prestação continuada), pois não possui a idade mínima para receber o benefício
- e) Josué não tem direito ao recebimento do BPC (benefício de prestação continuada), pois não é possível acumular os dois benefícios em uma mesma família

68. De acordo com a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Assistência Social tem por objetivo

- a) a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos.
- b) a universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- c) a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
- d) a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.
- e) a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo

69. O art. 3º da lei traz o conceito das diferentes entidades e organização de assistência social. A esse respeito, assinale a alternativa correta:

- a) As entidades e organizações de atendimento são aquelas que, de forma temporária, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial.
- b) As entidades e organizações de atendimento são aquelas voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.
- c) As entidades e organizações de defesa e garantia de direitos são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal.
- d) As entidades e organizações de assessoramento são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.
- e) As entidades e organizações de assessoramento são aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

70. Em relação ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), assinale a alternativa incorreta:

- a) O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda
- b) As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas, como o CRAS ou CREAS, ou por meio eletrônico.
- c) A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a todos os programas sociais do governo federal, na forma estabelecida em regulamento.
- d) Os dados do CNIS incluídos no CadÚnico poderão ser acessados pelos órgãos gestores do CadÚnico, nas 3 (três) esferas da Federação, conforme termo de adesão do ente federativo ao CadÚnico, do qual constará cláusula de compromisso com o sigilo de dados.
- e) A sociedade civil poderá cooperar com a identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico

71. Sobre os direitos dos povos indígenas, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Estatuto do Índio garante que não haverá discriminação entre trabalhadores indígenas e os demais trabalhadores, aplicando-lhes todos os direitos e garantias das leis trabalhistas e de previdência social, inclusive permitindo a adaptação de condições de trabalho aos usos e costumes da comunidade a que pertencer o índio.
- b) Os contratos de trabalho ou de locação de serviços realizados com indígenas em processo de integração ou habitantes de parques ou colônias agrícolas dependerão de prévia aprovação do órgão de proteção ao índio.
- c) Em relação às terras indígenas, a lei prevê que não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas.
- d) É proibido nas terras indígenas a prática de pesca, caça e coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa por qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas.
- e) As terras ocupadas pelos povos indígenas serão bens inalienáveis da União e cabe aos índios ou silvícolas a posse temporária das terras que habitam e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

72. Em relação aos direitos da população negra e ao Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição Federal de 1988 promoveu grandes avanços na trajetória pela igualdade racial, quando disciplinou o racismo como crime hediondo
- b) A desigualdade racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- c) A discriminação racial ou étnico-racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica
- d) A participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País será promovida, prioritariamente, por meio de adoção de medidas, programas e políticas de ação afirmativa, entre outras.
- e) Conforme o art. 2º do Estatuto da Igualdade Racial, é dever exclusivo e primordial do Estado garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade

73. Em relação aos direitos garantidos às pessoas com deficiência no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A Lei Brasileira de Inclusão dispõe sobre diversas prioridades à Pessoa com deficiência que são extensivas ao acompanhante, exceto: recebimento de restituição de imposto de renda; tramitação processual e procedimentos judiciais e administrativos.
- b) A lei permite que a avaliação médica seja realizada com o uso de tecnologia de telemedicina ou por análise documental, conforme situações e requisitos definidos em regulamento.
- c) A avaliação da deficiência será realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, através do modelo biopsicossocial e considerará: os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades; e a restrição de participação.
- d) Em 2023 foi sancionada a Lei nº 14.624, que institui o cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas ou não aparentes. O uso do cordão é obrigatório para o exercício dos direitos da pessoa com deficiência nos órgãos públicos.
- e) A Lei de Inclusão também traz o conceito de barreiras, entendida como qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros. As barreiras urbanísticas são as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo.

74. A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal e das Convenções e tratados internacionais ratificados pelo Brasil. A respeito da referida norma legal, assinale a alternativa correta:

- a) Violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da unidade doméstica, entendido como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, salvo as esporadicamente agregadas.
- b) A Lei Maria da Penha não se aplica aos homens, apenas às mulheres, independente da sua orientação sexual.
- c) Entre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher está a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou constrangimento à mulher.
- d) O ato que impeça a mulher de usar qualquer método contraceptivo é considerado uma violência psicológica.
- e) Para preservar a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o juiz poderá assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até três meses.

SERVIÇO SOCIAL 3*Coimbra Almeida*

75. As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social no Brasil, instituídas pela Resolução CFESS nº 15 de 2002, estabelecem princípios fundamentais para a formação de profissionais capacitados a atuar de forma crítica e comprometida com as demandas sociais. A presente resolução prevê sobre, exceto:

- a) Perfil dos Formandos
- b) Competências e Habilidades
- c) Estruturação física das faculdades e Universidades
- d) Conteúdos Curriculares
- e) Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso (Tcc) e Atividades Complementares

76. A Resolução CFESS nº 934, de 28 de janeiro de 2020, regula a expedição de certidões disciplinares e/ou éticas, destacando critérios para a sua emissão e situações específicas que envolvem a questão do sigilo. Com base na normativa, assinale a alternativa correta sobre o fornecimento dessas certidões:

- a) É permitido constar na certidão disciplinar e/ou ética informação sobre débitos, parcelamentos ou qualquer outra, além das previstas no “caput” deste artigo, cuja certidão deverá ser específica.
- b) Não caracteriza quebra de sigilo o fornecimento de certidão de “objeto” e “fase em que se encontra a denúncia, o processo disciplinar e/ou ético ou o recurso”, quando solicitada pelo/a próprio/a denunciado/a ou por autoridade policial ou judicial, assinalando-se o caráter sigiloso do documento.
- c) A entrega da certidão será feita mediante a assinatura do recebimento, onde estará assinalado o caráter sigiloso do documento e a responsabilidade criminal do/a mesmo/a pela eventual divulgação.
- d) Os processos que tenham sido encerrados, com trânsito em julgado há mais de 3 (TRÊS) anos,

mesmo que tenha havido aplicação de pena, não deverão constar das certidões.

- e) A certidão poderá ser solicitada perante os CRESS, pelo/a denunciado/a ou procurador constituído, dependendo do local onde for requisitada, sendo que as mesmas terão o mesmo teor, a ser unificado pelo CFESS.

77. Lavínia, Assistente Social recém-formada, foi convidada por seu chefe imediato para assumir coordenação do Setor de Serviço Social do órgão em que trabalha. Todavia, não possui experiência nessa área e como precisará capacitar toda a equipe para desenvolver uma prática profissional qualificada, solicita a ajuda de um especialista para assisti-los teórica e tecnicamente. Esse profissional é um:

- a) assessor;
- b) assistente;
- c) supervisor;
- d) consultor;
- e) gestor.

78. Com base na teoria crítica, a visita domiciliar tem como finalidade:

- a) reunir elementos para aferir a verdade sobre o usuário e/ou sua família;
- b) apreender os vários determinantes sociais que fazem parte daquela realidade social;
- c) articular critérios sociais com a instituição a fim de determinar prioridades;
- d) utilizar mais uma atividade vinculada à lógica da razão instrumental;
- e) verificar e sistematizar as informações prestadas pelos usuários atendidos na instituição.

79. A atuação do/a assistente social na saúde está orientada por diretrizes éticas, políticas e normativas que visam garantir os direitos dos usuários e a promoção da saúde integral. Nesse sentido, analise as alternativas abaixo e assinale aquela que descreve corretamente aspectos da atuação profissional nesse campo:

- a) O/a assistente social na saúde atua prioritariamente na gestão de benefícios eventuais, ofertando recursos materiais e imateriais aos usuários do sistema de saúde.
- b) A atuação do/a assistente social na saúde está centrada exclusivamente na realização de visitas domiciliares, envolvendo ações de planejamento ou gestão de políticas públicas.
- c) Entre as atribuições do/a assistente social na saúde, está a articulação intersetorial para garantir o acesso dos usuários a direitos sociais, atuando de forma integrada com outras políticas públicas, como assistência social, previdência e habitação.
- d) O/a assistente social na saúde deve priorizar o atendimento individualizado, respeitando o sigilo profissional, promovendo discussões coletivas ou estratégias de educação em saúde.
- e) A inserção do/a assistente social no campo da saúde é determinada exclusivamente pela demanda espontânea dos usuários.

80. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS) e estabelece diretrizes para a promoção, proteção e recuperação da saúde no Brasil. Sobre os princípios e diretrizes do SUS, assinale a alternativa correta:

- a) O SUS organiza-se de forma centralizada, cabendo ao Ministério da Saúde todas as ações de gestão, financiamento e prestação de serviços de saúde no país.
- b) Entre os princípios do SUS está a equidade, que garante que todos os cidadãos devem receber os mesmos serviços de saúde, independentemente de suas necessidades específicas.
- c) A participação da comunidade é um dos fundamentos do SUS, permitindo que a sociedade contribua para o planejamento e fiscalização das políticas de saúde.
- d) O SUS prioriza a atenção especializada e hospitalar, com ações voltadas apenas para o tratamento de doenças, deixando de lado a promoção da saúde e a prevenção de agravos.
- e) O SUS é um sistema de saúde público centralizado e participativo.

Discursiva

Quando alguém diz "Não tenho opinião formada sobre isso", entende-se que a pessoa ainda não analisou detidamente a questão a ser considerada. Outras, no entanto, emitem opiniões taxativas sobre tudo.

Escreva um texto dissertativo no qual você se posicionará diante dessa divergência de comportamentos.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
